

## FRAGMENTOS DA GENEALOGIA DOS ABREU SODRÉ

*Gilberto de Abreu Sodré Carvalho*

**Resumo:** *Este artigo trata das origens do sobrenome composto Abreu Sodré que se forma no Brasil, na capitania do Rio de Janeiro, no final do século 17 e início do 18. Para tanto, remete a Duarte Sodré, fidalgo da segunda metade do século 15. Em adição, explica a tomada de sobrenomes em geral e aquele das mulheres, o que ajuda a entender a história do sobrenome composto Abreu Sodré.*

**Abstract:** *This article studies the origins of the double surname Abreu Sodré, which was formed in Rio de Janeiro, Brazil, in the end of the 17th century and early 18th. For that purpose it goes back to Duarte Sodré, a 'fidalgo' of the second half of the 15th century. It explains the assumption of surnames in general and by females in order to make it clear the story of the surname Abreu Sodré.*

### **Sumário**

Feliciano Pires de Abreu Sodré e Roberto Costa de Abreu Sodré  
Dom Vasco da Gama e Duarte Sodré  
Quanto à tomada de sobrenomes  
Sobrenomes das mulheres  
Conclusão  
Bibliografia

### **Feliciano Pires de Abreu Sodré e Roberto Costa de Abreu Sodré**

Meu avô materno Feliciano Pires de Abreu Sodré (Junior) nasceu, em 1881, em Santa Maria Madalena, hoje Trajano de Moraes, RJ, e morreu, em 1945, no Rio de Janeiro, RJ. Foi engenheiro militar e artilheiro, autor dos projetos dos fortes de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, e de Macaé, RJ, deputado estadual fluminense, prefeito de Niterói, presidente do Estado do Rio de Janeiro (1924-1927), e senador federal (1927-1930).

Feliciano (Junior) casou-se com sua prima, Maria Hortência de Villanova Machado, minha avó materna, nascida, em 1886, no Rio de Janeiro, RJ, e falecida, em 1968, na mesma cidade. Filha de Trajano Inácio de Villanova Machado, engenheiro-chefe do saneamento da cidade de São Paulo, no final do século 19; sendo a Rua Dr. Vilanova, na cidade de São Paulo, lembrança de lá ter morado com a família, e de Maria Cândida da Gama, de Campos, RJ. Trajano Inácio foi filho de Gabriel Militão de Villanova Machado (1827-1890), doutor em Matemática pela Escola Militar da Corte, com tese defendida em setembro-dezembro de 1855, e professor catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Por voluntariado, foi tenente-coronel de Artilharia, na campanha do Paraguai. Projetou, como engenheiro calculista e metalúrgico, a cúpula da igreja da Candelária, na Cidade do Rio de Janeiro.

Feliciano (Junior) e Maria Hortência, meus avós maternos, tiveram quatro filhos chegados à idade adulta: Dulce, Yolanda, Brenno e Lia (minha mãe); todos de sobrenome Abreu Sodré.

Feliciano (Junior) foi filho de Feliciano Pires de Abreu Sodré (Senior), farmacêutico formado pela Faculdade de Medicina da Corte e fazendeiro em Santa Maria Madalena, então no Município de São Francisco de Paula, RJ, hoje, Trajano de Moraes; e de Carolina Alves Moreira, filha de Joaquim Alves Moreira, da cidade de Braga, em Portugal, que transmigrou no início do século 19 e instalou-se em Rio das Ostras, no litoral da província do Rio de Janeiro. Lá foi dono de grande gleba. A mãe de Carolina, casada pelas leis da Igreja Católica com Joaquim, foi Josefa, uma indígena. Josefa adotou esse nome quando batizada na Igreja, em Rio das Ostras. Feliciano Pires de Abreu Sodré (Senior) e Carolina Alves Moreira tiveram os seguintes filhos: Protázia, Feliciano (Junior), Manuel, Diógenes, Joaquim, Vera, Ester, e Elisa; todos de sobrenome Abreu Sodré.

Feliciano Pires de Abreu Sodré (Senior) foi filho único de Manuel Baltazar de Abreu Cardoso Sodré, médico na Corte, e de Protázia Nunes Pires, filha de Feliciano Nunes Pires e de Rita de Cássia (...).

Feliciano Nunes Pires, meu tetravô, foi presidente da Província de Santa Catarina, de 6 de agosto de 1831 a 4 de novembro de 1835, durante a Regência Trina Permanente. E também Presidente da Província do Rio Grande do Sul, em 1837 (de 6 de junho a 3 de novembro). Feliciano Nunes Pires nasceu em Desterro, atual Florianópolis, SC, em 21 de dezembro de 1786. Foi filho de Antônio Nunes Ramos e de Maria Joaquina de Jesus Pires. Foi inspetor da alfândega e representou o Rio Grande do Sul, de 1827 a 1828, como deputado suplente. Dedicou-se ainda

ao magistério do latim e da língua inglesa, tendo sido autor de uma gramática dessa língua. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1840.

Manuel Baltazar de Abreu Cardoso Sodré, pai de Feliciano (Senior) foi filho de Baltazar de Abreu Cardoso Sodré e de Mariana de Azevedo. Esses Baltazar e Mariana, meus tetravós, tiveram os seguintes filhos: Baltazar, José Baltazar, Inácio Baltazar, Manuel Baltazar (já referido), Joaquim Mariano, Francisco de Paula Baltazar, Paulo Baltazar, Mariana, Maria Catarina e Paulina, que usavam dos sobrenomes Abreu Cardoso Sodré ou Abreu Sodré.

Francisco de Paula Baltazar, irmão de Manuel Baltazar, casou-se com Maria Firmina da Silva Veiga. Tiveram a seguinte descendência: 1) Baltazar de Abreu Sodré, farmacêutico e fazendeiro, casado com Mariana Úrsula Sodré, sua prima, os quais, por sua vez, tiveram os seguintes filhos, de que tenho conhecimento: (i) Heitor de Abreu Sodré, advogado, no Rio de Janeiro, formado em São Paulo, na Faculdade do Largo de São Francisco, que, com sua esposa Amélia Werneck de Almeida, teve a Nelson Werneck Sodré, o conhecido historiador, (ii) Antônio Baltazar, médico, (iii) Maria Dulce, e (iv) Francisca; 2) Mariana de Abreu Sodré, casada com Raymundo da Motta de Azevedo Corrêa Sobrinho, o poeta Raymundo Corrêa; 3) Maria Jandira, casada com Cesar Corrêa de Almeida, sendo esse pai de Amélia Werneck de Almeida e, assim, avô materno de Nelson Werneck Sodré, acima referido; seu casamento com Maria Jandira, tia-avó de Nelson, foi em segundas núpcias para ele; e 4) Francisco de Paula, médico e fazendeiro, casado com Idalina Macedo da Costa, paulista, filha do senador Antônio da Costa Junior (constituente de 1891), os quais tiveram: Francisco de Assis, Antônio Carlos (deputado federal), Luiz Gonzaga, Maria Alice, Arnaldo, José, Maria Eugenia, Armando, Maria Sylvia, Reynaldo e Roberto (esse último nasceu em 1917 e morreu em 1999; foi governador de São Paulo e ministro); todos de sobrenome Abreu Sodré.

Esse último Francisco de Paula, antes domiciliado em Resende, RJ, mudou-se, com sua esposa Idalina, para São Paulo, após a Abolição. Estabeleceu-se como médico e fazendeiro de café em Santa Cruz do Rio Pardo. Foi político e prefeito de Santa Cruz do Rio Pardo.

Feliciano Pires de Abreu Sodré (Junior), meu avô materno, foi assim primo de Roberto Costa de Abreu Sodré, antigo governador de São Paulo e ministro das Relações Exteriores. Eles se ligavam por terem os mesmos bisavô e bisavó Abreu Sodré, ou seja, a Baltazar de Abreu Cardoso Sodré e Mariana de Azevedo. Seus avós foram, respectivamente, Manuel Baltazar e Francisco de Paula Baltazar, irmãos inteiros.

A pesquisarem-se os antepassados de Baltazar de Abreu Cardoso Sodré, bisavô, em comum, de Feliciano (Junior) e Roberto, vão-se encontrar os seguintes, em linha patrilinial contínua: seu pai, José de Abreu Sodré Pereira (e Paula Isabel dos Santos); filho de João de Abreu Sodré Pereira, nascido cerca de 1740 (e sua prima Teresa Joaquina Sodré Pereira); filho de João de Abreu Sodré Pereira (e Escolástica Drummond); filho de Baltazar de Abreu Cardoso (e sua prima Isabel Sodré Pereira); filho de Francisco da Fonseca Dinis, nascido no Rio de Janeiro, em 1616, (e Isabel Rangel de Macedo); filho de Jorge Fernandes de Fonseca (e Beatriz da Costa Homem).

Jorge Fernandes da Fonseca (cristão-novo, nascido em Buarcos, perto do Porto, Portugal, em 1585, morto no Rio de Janeiro, em 1660) foi advogado licenciado, o primeiro advogado formado a atuar nos cartórios da cidade do Rio de Janeiro. Foi por duas vezes governador da capitania. Sua descendência inclui enlaçamentos com os de nome Sodré Pereira, Macedo Soares e todas assim chamadas principais famílias da capitania e da província do Rio de Janeiro.

O sobrenome Sodré foi incorporado, na sequência patrilinial posterior, pela união de Baltazar de Abreu Cardoso com Isabel Sodré Pereira, em 1669, na igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Niterói. A sequência patrilinial de Isabel Sodré Pereira é a seguinte: pai Francisco Sodré Pereira (e Catarina da Silva Sandoval); filho de Duarte Sodré Pereira, 10º senhor de Águas Belas, Portugal (e Guiomar Ramires de Souza); filho de Fernão Sodré Pereira, 9º senhor de Águas Belas (e Branca Caldeira); filho de Duarte Sodré Pereira, 8º senhor de Águas Belas (e Dionísia de Sande); filho de Francisco Sodré (e Violante Pereira, 7ª senhora de Águas Belas); filho de Duarte Sodré, alcaide-mor das vilas de Tomar e de Seia, veador da Casa do rei dom Manuel, e comendador de Cartiga, na Ordem de Cristo (e de Catarina Nunes). Sobre o último Duarte Sodré, meu 14º avô, cabe ler a seção abaixo, logo em seguida.

Violante Pereira foi filha de João Pereira, 4º senhor de Águas Belas (e Isabel Ferreira); filho de Galiote Pereira, 3º senhor (e Isabel Bernardes); filho de Álvaro Pereira, 2º senhor (e Isabel Carvalhal); filho de Rodrigo Álvares Pereira, 1º senhor (e Maria Afonso de Casal); filho de dom Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Crato (e Iria Vicente). Esse dom Álvaro, meu 18º avô, foi também pai, com outra mulher, de dom Nun'Álvares Pereira, o herói português.

Isto posto, vê-se que os de sobrenome Abreu Sodré são um ramo de origem feminina, por via de Isabel Sodré Pereira, da linhagem dos Sodré Pereira,

com origem em Águas Belas, em Ferreira do Zêzere, Santarém, Portugal. Isabel Sodré Pereira foi cônjuge de Baltazar de Abreu Cardoso, como já referido.

Por um tempo, o sobrenome Pereira se manteve. Foi abandonado pelo bisavô de Feliciano (Junior) e de Roberto, Baltazar de Abreu Cardoso Sodré, que reinaugurou o sobrenome do seu trisavô: “Abreu Cardoso”, fazendo-se chamar “Abreu Cardoso Sodré”.

Há muitos parentes meus que se mantêm Sodré Pereira. Em *A Inquisição no Rio de Janeiro no começo do século XVIII*, referido na bibliografia abaixo, se tem muita informação sobre as origens dos Abreu Sodré.

### **Dom Vasco da Gama e Duarte Sodré**

Em Portugal, no final do século 15, houve dois personagens que tinham parentesco entre si, mas que não tiveram, que me sejam conhecidas, estórias que se cruzassem, muito menos parecem ter sido aliados ou amigos. Eles foram dom Vasco da Gama e Duarte Sodré. Um trisavô materno de dom Vasco, de nome João Sodré (primeiro do nome), foi também avô materno de Duarte Sodré, esse um dos meus 14º avós, a quem devo o sobrenome.

João Sodré (primeiro do nome), de origem inglês, com o nome John Sudeley. Lutou na conquista de Ceuta, no norte da África, em 1415 e 1418. João Sodré (primeiro do nome) foi pai, entre outros, de Fernão Sodré e de Inês Sodré. Fernão foi pai de João Sodré (segundo do nome), que teve, com Isabel Serrã (feminino de Serrão), a Isabel Sodré, mãe, sendo pai Estêvão da Gama, de dom Vasco. Inês Sodré, filha de João Sodré (primeiro do nome), com seu marido Gil Pires de Resende, teve a Duarte Sodré.

João Sodré (segundo do nome), avô materno de dom Vasco da Gama, foi almoxarife do Armazém de Lisboa, escudeiro e criado da Casa Real, em 1447. D. Afonso V fez-lhe doação de uma quinta no Porto, em 25 de março de 1455. Sua mulher, Isabel Serrã, donzela da infanta d. Beatriz, foi filha de Afonso Lopes e de Teresa Eanes.

Teresa Eanes, viúva de Afonso Lopes, casou-se em segundas núpcias com Fernão Sodré, já pai de João Sodré (segundo do nome). Fernão Sodré e Teresa Eanes fizeram casar, entre si, os seus filho e filha, respectivamente: João (segundo do nome) e Isabel, em 9 de junho de 1447. Esse novo casal recebeu em doação dos pais bens situados em Montemor-o-Novo, Alcácer, Almada, Lisboa e Mafra.

João Sodré (segundo do nome) e Isabel Serrã tiveram a Isabel Sodré, já referida e mais a Vicente Sodré e Brás Sodré, muito conhecidos na conquista da Índia.

Estêvão da Gama e Isabel Sodré foram pais de Paulo da Gama (primogênito), de dom Vasco da Gama, de João Sodré (terceiro do nome) e de Pedro da Gama. Estêvão da Gama, com mulher solteira, foi pai de outro Vasco, que também se chamou “da Gama”.

Fernão Sodré, bisavô materno de dom Vasco, foi criado e escudeiro da Casa Real. Foi ainda escrivão da alfândega de Lisboa. Como já dito aqui, o pai de Fernão chamou-se João Sodré (primeiro do nome), sendo por alguns estudiosos também referido como John Sudeley, cavaleiro de origem inglesa, que combateu na conquista de Ceuta, no norte da África, em 1415 e 1418. Eu não creio na possibilidade de mais um João Sodré, além desse que assumo ser o primeiro.

Registro que detenho o sobrenome Sodré, sem descontinuidade, patrilinearmente ou matrilinearmente, em linha ininterrupta, desde João Sodré (primeiro do nome), meu 16º avô, passando por Duarte Sodré (meu 14º avô).

Sobre Duarte Sodré tem-se o seguinte.

Duarte Sodré (n. cerca de 1435; m. em 1500) é outro personagem português de destaque daquele final de século 15 e início do século 16, ainda que de expressão histórica bem menor que dom Vasco.

Duarte Sodré nasceu em Santarém. Em 1465, era escudeiro da casa do infante dom Pedro. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo e cavaleiro da Casa Real, vedor da casa do duque de Viseu, dom Diogo II, e mais tarde do duque de Beja, o futuro rei dom Manuel. Em 23 de agosto de 1486, o rei dom João II autorizou Duarte a constituir morgado, ou seja, terra senhorial. Pelo menos desde 1494, foi alcaide-mor de Seia. Em 26 de janeiro de 1493, era comendador e alcaide-mor de Tomar. Foi ainda provedor das capelas do infante dom Henrique, ou seja, titular da responsabilidade de comprimento dos sufrágios pela alma do Infante. Foi comendador de Cartiga, na Ordem de Cristo, e, em 1496, vedor da Casa Real.

Duarte Sodré foi filho de Gil Pires de Resende e de Inês Sodré, irmã do Fernão Sodré, acima citado, e filha de João Sodré (primeiro do nome).

Gil Pires de Resende foi provedor dos valados de Santarém, contador régio nos almoxarifados de Santarém e Abrantes, vedor das obras régias de Almerim, procurador régio, escrivão da sisa e da dízima dos pescados do rio Tejo. Descendia de Martim Vasques de Resende, a quem o rei dom João I confirmou a posse do couto de Resende.

O filho de Duarte Sodré, Francisco Sodré casou-se com Violante Pereira, e desse consórcio nasce a linhagem dos Sodré Pereira, que são aparentados dos Bragança, por via de dom Nun'Álvares Pereira, condestável de Portugal e santo católico.

### **Quanto à tomada de sobrenomes**

Para os estudiosos de Genealogia, não chama a atenção o fato de Duarte Sodré ter assumido e usado o sobrenome materno Sodré em lugar de Resende, que lhe cabia pelo seu pai. Não havia, desde as origens portuguesas até o século 19, obrigação para tanto. A pessoa fazia a sua escolha pela ocasião do Crisma, ou quando tivesse de assinar documentos, ou ao casar, se mulher. No batismo católico, só constava o prenome da criança. A escolha poderia mudar no curso da vida, ou mesmo conforme o ato de que participasse, sendo referido ou como signatário.

Desde a Idade Média, na tradição portuguesa, igualamos em valor os sobrenomes e heranças culturais vindos de ambos os genitores. Pai e mãe nos são iguais. Trata-se da “bilateralidade dos sobrenomes”. Ainda que haja uma tendência de preferência pelo uso sobrenome que o pai usa ou usava, em especial pelo filho primogênito, ou pela mulher que fosse herdeira na falta de um primogênito varão, quando houvesse um morgado ou herança imobiliária. Havia assunções de sobrenomes vindos da mãe até por primogênitos machos, que os assumem como uma escolha que honradamente podem fazer.

Esse conjunto de fatos chamava a atenção de estrangeiros da Europa “cultura”, que se espantam ao notar que em Portugal as pessoas tomam os sobrenomes que lhes agradam, vendo-se que dois irmãos de mesmo pai e mãe podiam ter sobrenomes diferentes.

Ainda quanto à assunção de sobrenomes ligados a senhorios, quando uma mulher herdeira levava ao casamento os direitos sobre um morgado, o seu marido, se fosse ele um secundogênito sem herança, poderia adotar o sobrenome da esposa.

Quando o titular do nome tomava tanto o sobrenome do seu pai como o da sua mãe, o sobrenome paterno aparecia antes, sendo por último constante o da mãe. Um exemplo do padrão de primeiro o sobrenome do pai e, em seguida, o da mãe é o de José Bonifácio de Andrada e Silva, que teve por pai Bonifácio José Ribeiro de Andrada e por mãe Maria Bárbara da Silva. A Casa Imperial brasileira é chamada de Orleans e Bragança, uma vez que Bragança é denominação do lado feminino, ou seja, da princesa Isabel. Como reforço do que alego, lembro que Pedro I do Brasil, quando referido com seu sobrenome de casa se dizia “de Bragança e Borbón”. Borbón por conta de sua mãe D. Carlota Joaquina.

A obrigação de o nome completo da pessoa (o prenome e mais o sobrenome) ser definido logo ao seu nascimento pelos pais, ou na sua falta, por um responsável, só surge em Portugal, no final da década de 1920 e no Brasil no finalzinho da de 1930. Hoje, em janeiro de 2015, quando escrevo este artigo, está expressa, no nosso país, na Lei de Registros Públicos de 1973, no seu artigo 54.

Nesse artigo de lei se diz que no assentamento do nascimento de alguém será lançado “*o nome e o prenome, que forem postos à criança*” e que, conforme o artigo 55, “*quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará adiante do prenome escolhido o nome do pai, e na falta, o da mãe, se forem conhecidos e não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato*”. Essa regra é a mesma que já constava do Decreto 4857, de 09 de novembro de 1939, artigo 69.

Observo que, pela letra da lei, o sobrenome do recém-nascido pode ser outro que não o do pai e da mãe. Isso é possível porque vinha sendo procedimento comum desde vários séculos, como já foi dito. Diz o texto que, só na ausência da vontade do declarante em favor de sobrenomes de seu gosto (como dos avós etc.), se terá a regra de se ter o sobrenome do pai ou da mãe. Isto posto, contra o que muitos pensam, não houve e não há obrigatoriedade por lei, mas só por costume recente (iniciado em meados do século 19) ou por regra supletiva, da tomada do sobrenome do pai e da mãe. Ou ainda de se ter primeiro o sobrenome da mãe e depois, ou por último, o sobrenome do pai.

Por estranho que pareça, no Brasil, desde 1939, o nome completo de alguém pode ser, como sempre o pôde ser, qualquer um, desde que declarado ou posto quando de seu nascimento. O que mudou foram os costumes e o fato de não ser só o prenome que se registra ao nascimento, mas o nome completo. O que antes o adulto escolhia, o seu sobrenome (e até mesmo podia mudar o prenome no Crisma), passa, desde o final de 1939, a ser escolhido pelo pai, pela mãe ou por



outro declarante, na representação legal da criança. O que era assunto privado, passou a ser do Estado, por lei federal.

### **Sobrenomes das mulheres**

Quanto às mulheres, nos tempos remotos, havia a hipótese de elas tomarem, ao atingirem a idade adulta e terem de ser identificadas em documentos, o sobrenome ou os sobrenomes de suas mães. Isso ocorria quando tal sobrenome era socialmente bem visto e era proveitoso mantê-lo, ainda que o do pai pudesse ser subsidiariamente útil. A tomada do sobrenome do pai, por uma mulher, era resultado da importância notável dele, se comparado ao da mãe.

Até meados do século 19 não era a regra, seja qual fosse a classe social, no Brasil e em Portugal, a mulher-cônjuge assumir o sobrenome do seu marido.

Por direta influência cultural anglo-francesa, no período entre os meados do século 19 e final do século 20, a mulher casada passou a acrescentar o sobrenome do marido ao seu sobrenome originário. Essa assunção do sobrenome do marido tornou-se obrigatória com o artigo 240 do Código Civil de 1916:

*“Artigo 240 - A mulher assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família.”*

Essa regra perdurou, com pequena mudança formal de redação com a Lei 4121/62, até que o referido artigo 240 fosse alterado, em 1977, pela Lei do Divórcio, Lei 6515/77. Com a Lei do Divórcio, o mencionado artigo passou a dizer que a mulher poderia, se o quisesse, assumir o sobrenome do marido; não estava mais obrigada a tanto:

*“Artigo 240 - A mulher, com o casamento, assume a condição de companheira, consorte e colaboradora do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta.*

*Parágrafo único - A mulher poderá acrescentar aos seus os apelidos do marido.”*

Tornou-se assim opcional, a partir de 1977, a adoção pela mulher dos apelidos do marido. No comando original do Código Civil de 1916, que prevaleceu até dezembro de 1977, havia a obrigatoriedade de a mulher adotar o

sobrenome do marido. Como se percebe, essa obrigatoriedade só ocorreu nesse exato período: de 1916 a 1977, ou seja, por cerca de sessenta anos.

Com o Código Civil de 2002, qualquer dos nubentes pode assumir o sobrenome do outro (artigo 1565, parágrafo 1º). Em seguida, tal sobrenome adotado poderá ser perdido ou renunciado, quando de descontinuação da sociedade conjugal. Existem também regras legais para a alteração do nome completo, durante o primeiro ano após o atingimento da maioridade pelo seu titular ou por motivo grave, a ser provado ao juiz; ou ainda da possível aquisição do sobrenome do companheiro pela mulher sem que haja casamento formal.

A norma permissiva de alteração de sobrenome, quando da maioridade já existia desde o Decreto 4857/39, artigo 70. É uma reminiscência da liberdade que todos tinham no passado de escolher o nome completo quando da idade adulta.

### **Conclusão**

Os de sobrenome Abreu Sodré portam um apelido duplo que remete a muita história. É exemplo de sobrenome duplo de origem antiga, de mais de trezentos anos. Nele estão contidos os sobrenomes Pereira e Sodré Pereira, e, assim, a história de Portugal por meio da Revolução de Avis, de 1383-1385, ligando-se ao festejado Nun'Álvares Pereira. Também remete a dom Vasco da Gama, o outro grande herói português.

### **Bibliografia**

ABREU SODRÉ, Roberto Costa de. *No Espelho do Tempo – Meio Século de Política*. São Paulo: BestSeller, 1995.

BAIÃO, António. *A vila e concelho de Ferreira do Zêzere – Apontamentos para sua história documentada*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1918. Imp

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro, Coleção Vieira Fazenda nas Comemorações do Centenário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965. Reimpressão: 2008.

CABRAL, Oswaldo. *História de Santa Catarina, s/d*.

CARVALHO, Gilberto de Abreu Sodré. *A Inquisição no Rio de Janeiro no começo do século XVII*, Rio de Janeiro: Imago Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. *Dos nomes completos e sobrenomes na cultura luso-brasileira*. In “Revista da ASBRAP – Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia”; número 20, páginas 9-26, São Paulo: 2013.

\_\_\_\_\_. *Sobrenomes na cultura luso-brasileira*. Posfácio de “A mística do parentesco – Uma genealogia inacabada, volume 5 – Os Castello Branco e seus entrelaçamentos familiares no Piauí e no Maranhão (segunda edição revista e ampliada)”, por Edgardo Pires Ferreira, São Paulo: ABC Editorial, 2013.

CASTRO, Sergio Sodré de. *Ligações familiares de Vasco da Gama pelo lado materno*. In “Armas e Troféus – Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte”, páginas 453-465. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 2003.

FLEIUSS, Max. *História Administrativa do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922.

MACEDO SOARES, Antonio Joaquim de. *Nobiliarquia Fluminense ou Genealogia das Principais e Mais Antigas Famílias da Corte e da Província do Rio de Janeiro*. Edição ampliada e publicada por seu filho, o desembargador Julião Rangel de Macedo Soares. 2 volumes. Niterói, Imprensa Estadual do Rio de Janeiro, 1947.

MILLER, Célia Peitl. *O doutorado em Matemática, no Brasil: Um estudo histórico documentado(1847-1937)*, tese de doutorado e Educação. Rio Claro: UNESP. 2008.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Nomes e apelidos em Portugal*. In “História da Vida Privada em Portugal – Idade Moderna”, José Matoso (direção) e Nuno Gonçalo Monteiro (coordenação). Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, páginas 151-157, 2008.

PEREIRA, Isaías da Rosa. *Origens de Sodré em dom Vasco*. In publicação da Academia Portuguesa de História. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1990.

PIAZZA, Walter F. (apresentador). *Relatório e Fala no Governo de Santa Catarina – Feliciano Nunes Pires (1833-1835)*. Florianópolis, Santa Catarina, Arquivo do Estado de Santa Catarina, 1985.

RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e VII)*. Coleção Vieira Fazenda nas Comemorações do Centenário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos – povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1680)*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora – Editora da Universidade de São Paulo: 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Tenentismo ao Estado Novo – Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

*ENCYCLOPEDIA E DICIONARIO INTERNACIONAL*, editado pela W. M. Jackson Inc. (data da edição não indicada, cerca de 1915), em PIRES, Feliciano Nunes.

*ENCICLOPÉDIA MIRADOR*, ed. 1993, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.